

Azevedo Amaral e o Pensamento Autoritário: Problemas

Roberto Pereira Silva¹

RESUMO

O texto procura examinar o livro *O Estado autoritário e a realidade nacional* de Azevedo Amaral, discutindo sua relação com o chamado pensamento político autoritário e com a ideologia do Estado Novo (1937-1945). Problematizamos a categoria pensamento político autoritário em sua capacidade de incorporar diferentes abordagens da sociedade brasileira ao relacionar seus respectivos autores à participação no Estado e à construção de uma ideologia que o justifique. Em seguida mostramos pontos de divergência na obra de Azevedo Amaral em relação à Carta Constitucional de 1937 e questionamos a absorção de suas idéias pelo aparelho de Estado.

ABSTRACT

The article aims to analyze Azevedo Amaral's book *O Estado autoritário e a realidade nacional*. The study focuses on discuss its relationship with so called authoritarian political thought and the Estado Novo (1937-1945) ideology. Firstly, we ponder the capacity of authoritarian political thought category to incorporate different approaches of the brazilian society when connecting its respective authors to his State participation and to the making of a ideology which justifies it. Secondly, we display the opposite points in Azevedo Amaral's work related with the 1937 Constitution and, finally, we discuss the incorporation of his ideas in the State apparatus.

Azevedo Amaral e o Pensamento Autoritário: Problemas

Se pensarmos na biografia de cada um, caímos na singularidade dos casos e chegamos à conclusão inoperante que nenhum é igual ao outro; e ao respeitar a integridade do indivíduo, desistimos de entender. Se subirmos ao raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria, podemos manipular a realidade total com certo êxito, mas atropelamos demais a verdade singular. (Antonio Cândido de Mello e Souza)

Essa epígrafe, extraída do prefácio ao livro de Sergio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1920-1945), dá uma boa idéia de nosso tema. Iniciamos esse estudo

¹ Mestrando em História Econômica no Instituto de Economia/Unicamp. Bolsista FAPESP. Email: tatrius@gmail.com

tentando compreender um dado da história das idéias políticas brasileiras que nos chegou através de uma categoria definida: o pensamento político autoritário. Desde o trabalho de Bolívar Lamounier, passando por figuras importantes da vida intelectual e política brasileira, o pensamento político autoritário foi tratado com certa homogeneidade de temas e propostas, apontando para uma forma de relação específica com a política e o Estado, selecionando e agrupando alguns autores ‘clássicos’ como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

Nossa problemática tomou caminho um pouco diverso. Escolhemos como objeto de estudo um único livro — mas talvez o mais representativo de quantos escreveu — de Azevedo Amaral, *O Estado autoritário e a realidade nacional* e, a partir de sua leitura, fizemos o caminho inverso, delineando os temas gerais do pensamento autoritário e estabelecendo um diálogo com nosso autor, procurando as concordâncias e os desentendimentos nessa interlocução tensa entre o singular e o geral.

Para melhor apresentação de nossas conclusões, dividimos o texto em três momentos: o contexto histórico mais geral em que se dá a inflexão do pensamento político autoritário, ocupando um lugar importante nos debates políticos; uma análise aproximativa do sentido que alguns autores atribuíam a essa categoria e do lugar atribuído a Azevedo Amaral como representante não só desse pensamento, mas também de sua importância no regime político inaugurado em 1937; e, por fim, uma leitura de *O Estado autoritário e a realidade nacional*, contrastando com as formulações apreciadas.

Novos tempos...

A Revolução de 1930 preparou uma ruptura no conjunto das instituições brasileiras e pode ser vista como o início de um processo de mudança na conformação do capitalismo

brasileiro e de vazio de poder que permitiu a diferentes grupos sociais disputarem hegemonia no campo político e econômico sob a égide o Estado. Assistimos, nesse período, à subida ao poder de Getúlio Vargas através de uma revolução militar, ao movimento Constitucionalista de 1932, ao surgimento e ascensão do Integralismo, à Intentona Comunista em 1935, à crescente repressão por parte do Estado que iria desembocar — não necessariamente, é claro — através de pactos e alianças políticas, no Estado Novo. No plano econômico, temos uma política reativa à crise econômica mundial de 1929; a institucionalização, por parte da federação, do problema do café, com a criação do Instituto Nacional do Café, seguida de outros institutos para diversos produtos de exportação brasileiros; uma coordenação de esforços, cada vez mais centralizados, para direcionar a política econômica interna e externa; o processo de criação de um mercado interno articulado, uma equalização dos interesses industriais concomitante aos interesses das classes agro-exportadoras, o reconhecimento da importância da classe média e do proletariado urbanos como agentes sociais relevantes nos novos pactos e alianças políticas. Subjacente a isto, temos o Estado promovendo a implantação do capitalismo no Brasil, adiantando-se em relação a problemas básicos para acumulação capitalista: regulamentando o salário mínimo, encampando o processo de industrialização restringida, pautando, reorganizando as classes sociais a partir dos interesses estatais, e não mais a partir conflitos regionais. Surge, assim, uma plataforma industrializante que redefine a *forma de participação política*, agora vinculada ao processo de implantação do capitalismo no Brasil. Nas palavras de Liana Aureliano, “o confronto de interesses passa a se dar em torno de um denominador comum, proposto pelo Estado, base da formação nacional de um campo especificamente industrial, ‘depurado’ já de sua vinculação com a totalidade de interesses regionais” (AURELIANO, 1999, 108).

Nesse processo, a burguesia industrial, os setores agroexportadores, as organizações

de trabalhadores urbanos, serão chamados pelo Estado na consecução de objetivos agora dimensionados em âmbito nacional.

Esse processo deu ensejo à formulação de uma nova concepção de Estado, mobilizando idéias e doutrinas existentes no cenário intelectual brasileiro e internacional. Assim, essa nova conjuntura política abriu caminho para a consolidação ou a efetivação de idéias e propostas que vinham sendo pensadas já na década de 1920. Podemos conceber esse período nos valendo de um conceito cunhado por Antonio Candido, como momento de rotinização, entendido como “o surgimento de condições para realizar, difundir e ‘normalizar’ uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes mudanças” (MELLO e SOUZA, 1987: p. 182). A Revolução de 1930 irá, portanto, no campo cultural, concretizar uma série de propostas de mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade, propostas essas que estavam imobilizadas no quadro das instituições da Primeira República: difusão cultural por livros e revistas, reforma do ensino, ampliação da instrução pública; uma reorientação das bases da reflexão intelectual, com o surgimento e, depois, institucionalização, das ciências sociais e o aparecimento de estudos sobre a formação do Brasil, indicando um momento de abertura de perspectivas e, ao mesmo tempo, de colocação de novos problemas surgidos com as mudanças sociais e econômicas que a Revolução de 1930 trouxe à tona e procurou encaminhar.

A essência do processo, no que nos diz respeito, é que irão confluir no plano cultural os diagnósticos sobre a formação brasileira e a reflexão sobre as formas de condução do processo político-econômico na implantação do Brasil Moderno. O tema da industrialização, o aparecimento da questão do desenvolvimento econômico e reorganização da sociedade buscando viabilizar esse processo de modernização, incorporando novos atores sociais, dará a tônica da produção intelectual no período, algumas vezes apontando para uma proposta

democrática, outras para formas conservadoras e autoritárias de participação política.

...novas idéias

Dentro do escopo deste trabalho importa chamar a atenção para o que ficou conhecido como o Pensamento Político Autoritário: uma série de propostas de modificação das relações entre o Estado e a Sociedade, primando pelo fortalecimento daquele, seja em termos políticos, seja enquanto agente coordenador do desenvolvimento econômico², social e cultural, encampadas por diversos autores que mantinham uma esporádica ou constante participação na nova máquina política. Frequentemente tratado pela bibliografia como pensamento de cunho ideológico, pois implicava uma transformação política e se coadunava com as intenções práticas dos ocupantes do poder, a categoria de pensamento autoritário, nos parece, esbarra na contradição entre a unificação de propostas de vários autores em um conceito global e as diferenças resultantes dos estudos de casos que mostram muitas divergências entre as trajetórias e escritos de cada um deles tomados separadamente. Assim, uma forma de tratarmos alguns aspectos do livro de Azevedo Amaral, *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, publicado em 1938, é chamar a atenção para as aproximações e os distanciamentos que esse livro posiciona frente ao assim chamado pensamento político autoritário.

Bolívar Lamounier é autor do texto clássico sobre o pensamento autoritário: *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação*. Seu ponto de partida é uma crítica ao conceito de ideologia que orienta análises que partem “do discutível suposto de que as dificuldades se apresentam apenas na identificação das *bases sociais* da produção ideológica, e não também na descrição imanente desta” (*Idem, Ibidem*: p.

² “Desenvolvimento econômico deixava de ser, portanto, apenas um ponto programático para tornar-se ideologia, presente praticamente em todos os discursos presidenciais depois do Estado Novo, inclusive nos governos militares após 1964” (FONSECA, 1999, p. 257)

347).

Ainda assim, o autor classifica socialmente os intelectuais pela sua relação com o Estado³, relação esta que lhes direciona a reflexão para o fortalecimento do poder, no momento preciso em que as funções do Estado brasileiro se modificam no sentido da ampliação da área de influência do poder público, da construção de uma burocracia meritocrática, e na nacionalização das respostas aos problemas econômicos e sociais no Brasil. Daí a apreensão do Pensamento Político Autoritário como uma *Ideologia de Estado*⁴, pois se trata de um vínculo social entre os intelectuais e o poder, os primeiros dando uma resposta sobre a forma de organização política no país que corresponde às transformações efetivas ocorridas no Estado Brasileiro.

Por outro lado, e retomando o problema apontado anteriormente, de conciliação entre um conceito de ideologia que abrange um período histórico e os de estudos de caso sobre cada um dos autores englobados na análise, Bolívar Lamounier reconhece as dificuldades de seu conceito: “naturalmente, não se trata de que os autores citados sejam idênticos em toda a linha. Ao contrário, eles diferem em muitos aspectos significativos, e é exatamente este fato que torna compensadora a tentativa de interpretá-los em função de uma ideologia implícita comum” (*Idem, Ibidem*: p. 346). Ora, os problemas inerentes a esta interpretação de uma ideologia implícita podem ter como consequência, como efetivamente aconteceu no estudo analisado, que as diferenças e divergências, por vezes essenciais no caso de Azevedo Amaral, como veremos, sejam apagadas no esforço de síntese. Justamente porque, como pretendemos demonstrar, mais de que o vínculo com o Estado, o que permite compreender o pensamento

³ “Frequentemente vinculados por dependência ou por profissão ao serviço do Estado, é compreensível que dedicassem significativos esforços à reflexão histórico-política, expressando através dela um anseio de fortalecimento do poder público central. É esta, sem sombra de dúvida, a marca registrada dessa geração” (LAMOUNIER, *idem*, p. 356).

⁴ Esta se opõe a *Ideologia do Mercado*. Em contraponto, “o fulcro da ideologia de Estado é, ao contrário, o intento de domesticar o Mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas”. Este modelo, “pretende apreender a inflexão do pensamento brasileiro no início deste século como uma resposta bastante específica aos problemas da *organização do poder* no país” (*Idem, ibidem*, p. 358).

político autoritário é o diagnóstico da formação social brasileira. Neste aspecto, sim, pode residir uma compreensão imanente das obras desses intelectuais.

Outro empreendimento importante no sentido de caracterização do pensamento autoritário no Brasil e sua relação direta com as instituições políticas é a reunião de artigos das pesquisadoras do CPDOC, sob o título de *Estado Novo. Ideologia e Poder*.

Já na introdução de Lúcia Lippi de Oliveira, é proposta a reconstrução do perfil doutrinário do Estado Novo, reconhecido como uma doutrina que não “existiu enquanto unidade”. No entanto, a autora afirma

a existência de uma divisão do trabalho intelectual, ainda que espontânea, entre os doutrinadores do regime de 1937 — cada um deles se ocupa de questões específicas sem se confrontar com os demais — permitiu e facilitou o trabalho de integração de diferentes perspectivas, tarefa à qual nos dedicamos” (OLIVEIRA, 1982a: p. 8).

Cabe desde já apontar o mesmo intento de agregar diferentes visões numa só categoria, aqui definida como a Ideologia do Estado Novo. Mas é preciso ponderar, sobretudo no caso de Azevedo Amaral, que nos deteremos em breve, a idéia dos diferentes “doutrinadores” operando uma “divisão do trabalho intelectual” com questões específicas e “sem se confrontar com os demais”. Por outro lado, a autora também formula seu conceito de ideologia, que “desempenha, enquanto código, uma função de integração da sociedade, mas convém não esquecer que ela interpreta e justifica, fundamentalmente, o sistema de autoridade, seja ele antigo ou novo” (*Idem, Ibidem*: p. 9). Essa ideologia é baseada, por sua vez, em três grandes eixos: “elitismo, conservadorismo e o autoritarismo” (OLIVEIRA, 1982b p. 15).

Portanto, temos novamente o mesmo leque de questões advindas da vinculação dos intelectuais à construção do “Novo Estado” e a unificação da produção intelectual sob o conceito de ideologia.

A aproximação entre os autores e o Estado Novo, por sua vez, é mais detalhada na

contribuição de Ângela de Castro Gomes, no ensaio *Redescobrimdo o Brasil*. Para a autora, o Estado Novo é um momento que “procura articular uma política ideológica que assinale toda a grandeza de sua inovação e que legitime seu esforço político-institucional perante todos os atores relevantes do sistema” (GOMES, 1982: p. 109). Essa ideologia é entendida como mecanismo capaz de se afirmar como “recurso de poder fundamental ao esforço de articulação, não só do que já existe mas, sobretudo, daquilo que se deseja que exista” (*Idem, Ibidem*: p. 110). Assim, a proposta do artigo é analisar a construção de um projeto político, construção essa que é apreendida em sua dimensão ideológica, sobretudo através de um órgão institucional de divulgação, o Departamento de Imprensa e Propaganda, e um veículo específico, a revista *Cultura e Política*, periódico mensal que existiu entre 1941 e 1945 e que reuniu contribuições de diversos autores na divulgação da ideologia do Estado. A historiadora, no entanto, reconhece o problema implícito no exame dos artigos da revista e seus autores, e a dificuldade de comparação desses artigos com as obras maiores de cada um deles mas, ainda assim, justifica seu escopo pelas características do material de divulgação: “tal procedimento é facilitado pelo formato e pela natureza da publicação, o que já não seria possível se a análise estivesse centrada na produção de obras individuais maiores” (*Idem, Ibidem*: p. 111). Ou seja é o próprio caráter de divulgação de *muitas* contribuições, facilitadas pelo seu formato breve e curto, que lhe permite unificar e divisar a política ideológica do Estado Novo⁵. Nesse sentido, detecta uma construção teórica orientada para justificar o Estado centralizado, baseada na colagem entre o Estado e a Nação e na crítica ao liberalismo

⁵ Mas cabe nos perguntar se esse movimento ideológico foi realmente apreendido pela análise dos artigos da revista, e se a seleção feita pela autora representa uma amostra representativa da produção da revista. Acreditamos que a análise foi feita tendo implícita certa teleologia em relação aos temas e autores citados. Em todo o artigo, a autora cita apenas 21 trabalhos publicados na revista *Cultura e Política*, sendo 7 deles de seu editor, Almir de Andrade e 6 de Paulo Augusto Figueiredo. Outros autores aparecem com dois ou apenas um artigo. Ora, numa revista mensal, que a cada número trazia mais de dez contribuições nos mais diferentes campos, é provável que essa seleção possa representar um projeto ideológico previamente formulado e que a historiadora busca reconhecer, mas não podemos afirmar que esses 21 trabalhos sejam indicativos dos temas tratados na revista, nem da vinculação de seus autores com um projeto de divisão do trabalho intelectual sem conflitos para dar suporte ideológico ao Estado Novo

político este tendo como contrapartida uma democracia social na qual os interesses coletivos se sobreponham aos interesses individuais em termos políticos, deixando aberto o campo para a iniciativa privada no âmbito econômico.

O importante, para nós, é notar que a dificuldade de sua empreitada é resultante, acreditamos, da dificuldade em se unificar num bloco contribuições díspares, e que, talvez, o fato da revista ser subordinada ao DIP não necessariamente conduza as contribuições individuais para um caráter monolítico, sobretudo se lembrarmos as ponderações de Antonio Candido sobre esse período como um período de rotinização de uma produção existente e articulada já na década anterior. Devemos pensar, também, em autores como Celso Furtado, funcionário do DASP ao fim do Estado Novo, que discutia muitas dessas categorias encontradas nos ideólogos do Estado Novo. Cabe lembrar, também, a afirmação de Boris Fausto:

“Nessa publicação [*Cultura e Política*] escreveram os principais ideólogos do regime, como Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Cassiano Ricardo, e também intelectuais adversários do regime como Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos e Gilberto Freyre, que se restringiam a temas das áreas de história, folclore e literatura” (FAUSTO, 2006: p. 119).

Mas até essa afirmação de Boris Fausto pode ser qualificada. Não só a temas de história, folclore e literatura se limitavam os autores apontados. Gilberto Freyre, em artigo publicado em junho de 1941, na revista *Cultura Política*, avalia a atuação política de Getúlio Vargas em relação ao aparelho de Estado de forma elogiosa:

a verdade a ser reconhecida pelo menos apologetico dos observadores é que, com o atual Presidente a base do governo deslocou-se, da pura interpretação política dos problemas, acompanhadas de soluções ou tentativa de solução, simplesmente financeiras e jurídicas, para aventurar-se o Brasil à procura de novas bases de técnica de governo e administração: sociais e, principalmente, sociológicas e jurídicas (FREYRE, 1941: p. 123)⁶.

⁶ Se quisermos matizar e problematizar ainda mais a relação dos intelectuais com o Estado, expresso na contribuição para publicações com patrocínio do Estado Novo, podemos lembrar que em 1945, nas conferências que realizou nos Estados Unidos, publicadas no Brasil com o título de *Interpretação do Brasil*, Freyre critica duramente Getúlio Vargas pela excessiva centralização e uniformização da pluralidade cultural do Brasil: “presentemente, sob um regime que alguns descrevem como uma ‘democracia autoritária’, a mística que domina o Brasil — isto é, a mística que a propaganda oficial defende pelos seus rádios e pelos seus jornais como a única base de patriotismo ortodoxo — é o extremo oposto da doutrina dos ‘direitos do estado’, como essa doutrina foi conhecida entre nós, brasileiros, de 1891 a 1930” (FREYRE, 2001, p. 168).

Também Celso Furtado, escrevendo na mesma revista sobre *A feição funcional da democracia moderna*, em 1944, reitera os mesmos elementos que Ângela de Castro Gomes usou para caracterizar a ideologia do Estado Novo, a saber, a formação de uma democracia social no qual o Estado garantiria a justiça social mesmo que em detrimento da representação direta:

O Estado democrático moderno, portanto, ao mesmo tempo que é uma instituição garantidora da ordem interna e da segurança externa, e prestadora de serviços imprescindíveis ao bem-estar social, funciona como força ativa e propulsora do desenvolvimento dos elementos potenciais do agrupamento humano — ao contrário do Estado democrático clássico de feição estática” (FURTADO, 1944, p. 54).

Nos cabe perguntar se existiu a participação de Celso Furtado enquanto ideólogo do Estado Novo, ou se esses temas extrapolavam o âmbito ideológico e faziam parte de um debate mais amplo de reformulação do conceito de Estado que atingia não apenas os estados fascistas mas também os estados democráticos, haja vista a influência nos escritos de Celso Furtado, por essa época, da sociologia e da politologia norte-americana⁷.

Azevedo Amaral

Assim, é partindo desse grupo de dificuldades encontradas para caracterizar um período e uma modalidade de pensamento — o pensamento político autoritário —, com suas fronteiras cada vez mais tênues, suas características cada vez mais nuançadas na medida em que aproximamos o olhar para a trajetória de cada um dos autores englobados no conceito, que procuraremos analisar alguns aspectos da obra de Azevedo Amaral, exclusivamente em seu livro *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Em três pontos nos deteremos com mais detalhe: sua inserção no regime político instaurado em 1937; suas críticas à constituição

⁷ Uma análise das contribuições de Celso Furtado para a *Revista do Serviço Público*, publicadas durante o período em que trabalhou no DASP, onde é possível encontrar uma reflexão crítica sobre a organização burocrática, pode ser encontrada em (SILVA, 2008).

de 1937, as quais não foram objeto de atenção pela bibliografia e, por fim, sua análise da gênese do corporativismo, que difere da concepção de Manoilescu, expressa em *O Século do Corporativismo*, que o mesmo Azevedo Amaral traduziu para o português em 1938.

Sobre as vinculações de Azevedo Amaral com o Estado Novo, pouco mais temos como dados concretos de que suas publicações em revistas vinculadas ao Estado Novo, como a já citada *Cultura e Política*, *Revista do Departamento Nacional do Café* e *Revista do Serviço Público*⁸. De seus sete livros, apenas dois deles, *O Brasil na Crise Atual*, de 1934, e *Renovação Nacional*, de 1936, foram publicados, respectivamente pela Companhia Editora Nacional e pela Imprensa Oficial; os demais, ou foram pagos pelo autor, ou foram editados por José Olympio, como o *Estado Autoritário e a Realidade Nacional*.⁹ Não é preciso dizer que José Olympio fora o editor, dois anos antes, de *Raízes do Brasil*, e continha em seu catálogo uma coleção específica chamada Documentos Brasileiros dirigida por Gilberto Freyre e, depois, por Otávio Tarquínio de Souza, caracterizada por estudos históricos antenados com a renovação das ciências sociais que vinha ocorrendo no Brasil¹⁰. Talvez o mais indicado para equacionar essa vinculação dos pensadores autoritários e, especificamente, de Azevedo Amaral com o Estado Novo seja uma afirmação de Antonio Candido onde critica o livro de Sérgio Miceli sobre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil. Segundo o autor,

seria preciso acrescentar que o serviço público não significou e não significa necessariamente identificação com as ideologias e interesses dominantes. E que uma análise mais completa mostra como o artista e o escritor aparentemente cooptados são capazes, pela própria natureza da sua atividade, de desenvolver antagonismos objetivos, não meramente subjetivos, com relação à ordem estabelecida (MELLO E SOUZA, 1987: p. 195).

⁸ Gostaríamos de chamar a atenção para a diferença que separa esse tipo de vinculação com as trajetórias de Oliveira Vianna e Francisco Campos, autores com os quais Azevedo Amaral é colocado lado a lado como ideólogo do regime varguista.

⁹ Os poucos dados biográficos que encontramos constam em (RAGO, 1993).

¹⁰ Gilberto Freyre, apresentando a Coleção Documentos Brasileiros, diz: “não se trata de uma aventura editorial, mas de uma coleção planejada e organizada com o maior escrúpulo e com todo o vagar, visando corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu paiz” (FREIRE, 1936, p. VI).

O segundo aspecto relevante que desejamos tratar diz respeito à suposta uniformidade dos teóricos na construção do Novo Regime e a ausência de atritos entre os diferentes ideólogos. Neste ponto, queremos chamar a atenção às críticas de Azevedo Amaral a respeito da Carta Constitucional de 1937, e seu formulador, Francisco Campos. Os intérpretes têm dado pouca atenção aos momentos de rupturas, choques entre esses autores, na tentativa de compreendê-los num conjunto de problemas comuns. É o caso, por exemplo, de Bolívar Lamounier, na introdução que escreveu para *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Para o autor, o que distingue esse livro dos outros de Azevedo Amaral é “precisamente a intenção de saudar o golpe de 37 como uma decisão política que atendia a seus anseios e preocupações”. Nesse sentido, o livro “soa como uma *jurisprudência antecipada*, se assim pudermos dizer, da Constituição de 1937” (LAMOUNIER, 1981: p. 3).

Azevedo Amaral distingue o nacionalismo político, surgido no bojo da Revolução Francesa, do nacionalismo econômico, inaugurado com a política protecionista de Bismark e agudizado depois da Grande Guerra. Criticando esse segundo tipo de nacionalismo, diz:

o Brasil sofreu a repercussão dessa ideologia que deslocava para o plano econômico o conceito político do nacionalismo. Infelizmente, todas as nossas condições atuais e as diretrizes que forçosamente temos de seguir para aproveitar com eficácia o potencial econômico do nosso país estão em irreconciliável contradição com esse nacionalismo econômico (AMARAL, 1981: p. 128).

Nesse sentido, Azevedo Amaral passa a fazer algumas críticas ao legislador da Constituição de 1937, por “haver transigido com certas tendências desse exacerbado nacionalismo econômico de que não escapamos, porque é impossível evitar a contaminação de uma pandemia mundial” (*Idem, Ibidem*: p. 129). Assim, embora aprove o art. 145, sobre a nacionalização efetiva dos bancos de depósitos e das empresas que operam seguros, haja vista que essas instituições drenam recursos nacionais para o estrangeiro, e o art. 149, sobre a

nacionalização da Marinha Mercante, em outros pontos nosso autor não deixa de marcar sua divergência com o redator da Constituição.

Nesse sentido, critica a exclusividade de empresas brasileiras na exploração de minas, quedas-d'água e fontes de energia hidroelétricas. Sua crítica se fundamenta na constatação de que

não dispomos no Brasil de reservas capitalistas que, mesmo quando mobilizadas com a máxima eficácia, possam nos fornecer os capitais requeridos para a mineração intensiva e para a utilização técnica das fontes de energia concretizadas nas quedas de água. Em tais circunstâncias, não é possível abordar satisfatoriamente os dois problemas em foco sem recorrermos à colaboração das reservas capitalistas existentes em outros países, sendo também altamente improvável que possamos dispensar o concurso do empreendimento e da competência técnica de estrangeiros. (*Idem, Ibidem*: p. 131).

E acrescenta: “esquivarmo-nos a reconhecer essas verdades equivale a nos afastarmos da atitude objetivista em face da realidade nacional, que caracteriza a ideologia do Estado Novo e imprime um sentido prático inconfundível ao regime que acaba de ser estabelecido” (*Idem, Ibidem*: p. 131-132).

Nesse sentido, a crítica de Azevedo Amaral reside na reivindicação de soluções que tenham como pressuposto a realidade objetiva do Brasil, coerente com a ideologia do Estado Novo, e o desvio se encontra no legislador que não percebeu o verdadeiro papel do Estado no dirigismo econômico. Mais ainda, ao insistir na necessidade de recursos externos num setor chave para o desenvolvimento econômico, mas que também guarda importantes desenvolvimentos com questões de segurança nacional, o autor, claramente, coloca os problemas econômicos acima dos interesses militares, uma das bases de sustentação do Estado Novo¹¹. O recurso ao capital estrangeiro, portanto, se faz necessário, mesmo que temporariamente, nessas atividades econômicas, haja vista que o desenvolvimento econômico é o primeiro passo para as outras reformas de cunho social, cultural e espiritual. Assim, é

¹¹ Ver, sobre a preponderância de um projeto militar no início do Estado Novo: (DRAIBE, 2004, p. 87-91).

preciso considerar todas as possibilidades de aceleração deste desenvolvimento. Em suas palavras: “esse progresso econômico só o poderemos realizar promovendo o afluxo de capitais estrangeiros e explorando por meio deles as riquezas naturais do país até que, como forçosamente terá de acontecer, formemos as nossas próprias reservas capitalistas, o que nos permitirá então dispensar a colaboração de estranhos” (*Idem, Ibidem*: p. 133). Ou seja, embora de caráter provisório, é necessária a ajuda do capital estrangeiro, mas se deve guardar sua subordinação ao interesse precípua do desenvolvimento econômico, cuja capacidade de irradiação de resultados para toda a sociedade irá, ao fim, tornar desnecessário aquele.

Outra crítica dirigida ao legislador de 1937 diz respeito à política imigratória. Essa crítica é importante, pois, nesse aspecto, as idéias do autor sobre a formação étnica brasileira e seu teor racista se sobrepõem aos interesses do Estado, uma vez que a legislação criticada tinha como principal objetivo a proteção do trabalhador brasileiro¹², ou melhor, a predominância do trabalhador brasileiro sobre o estrangeiro na atividade econômica.

Essa crítica, portanto, se dirige ao estabelecimento de quotas para as nacionalidades que poderiam imigrar para o Brasil e claramente desfavorecia a imigração de europeus brancos. Argumentando que as regiões brasileiras que mais receberam imigração européia tais como Minas no Século XVIII e São Paulo e Rio Grande do Sul, no século XIX, mais se desenvolveram economicamente, para o autor, “a entrada de correntes imigratórias de origem européia é realmente uma das questões de maior importância na fase de evolução que atravessamos e não é exagero afirmar-se que do número de imigrantes de raça branca que assimilarmos nos próximos decênios depende literalmente o futuro da nacionalidade” (*Idem, Ibidem*: p. 136).

Relacionando esse problema com a formação étnica brasileira,

¹² Esse ponto é desenvolvido em (FONSECA, 1999).

primando sobre todos os problemas que se entrelaçam com os destinos da nacionalidade, aparece destacada a incógnita da nossa formação étnica. Somos por enquanto apenas uma população que representa os elementos donde surgirá, após o torturante trabalho do caldeamento, a futura etnia brasileira (*Idem*, p. 137).

Nesse sentido,

os obstáculos opostos à imigração de origem européia constituem portanto dificuldade deliberadamente criada ao reforçamento dos valores étnicos superiores de cujo predomínio final no caldeamento dependem as futuras formas estruturais da civilização brasileira e as manifestações do seu dinamismo econômico, político, social e cultural” (*Idem, Ibidem*).

De parte o cunho fortemente racista dessa interpretação, aliás, ainda uma característica de muitas análises sociais na década de 1930, podemos perceber a independência do autor quanto aos princípios consolidados na constituição de 1937, uma vez que é sua leitura da formação étnica do povo brasileiro, baseado em conceitos de eugenia, que se sobrepõe às intenções do legislador no sentido de nacionalizar o mercado de trabalho nacional, um aspecto importante, é escusado dizer, do desenvolvimento econômico e de ampliação do mercado interno.

O terceiro aspecto que nos propusemos abordar nesse trabalho, como tentativa de marcar as aproximações e afastamentos de Azevedo Amaral com o conceito unificador de pensamento político autoritário é o tema do corporativismo.

A discussão do corporativismo, em *O Estado autoritário e a realidade nacional*, é feita tendo por base o artigo 61 da Constituição, que determina a criação do Conselho Nacional de Economia, encarregado de promover a organização corporativa da economia brasileira.

Fazendo uma dissociação entre corporativismo e fascismo, o autor rastreia o corporativismo moderno em dois momentos: no século XIX, no surgimento de agremiações de trabalhadores nas nações desenvolvidas: no sindicalismo inglês, com as *Trade Unions*; na França, com o reconhecimento dos sindicatos em 1884; nos EUA com a criação da *American*

Federation of Labour. Num segundo momento, no próprio acirramento do individualismo e do liberalismo que, depois da Primeira Grande Guerra e da Crise de 1929, confrontou as sociedades liberal-democráticas com os “perigos” do comunismo¹³. Esse acirramento do liberalismo, que propiciou a expansão do capitalismo oligopolista, chamado pelo nosso autor de *neocapitalismo*, acabou por expandir a produção industrial de massas, aumentando o poder de coligação das indústrias, sendo acompanhado pelo aumento da importância das massas trabalhadoras. Nesse sentido,

o capitalismo corporativo surgira, porém, com diretrizes traçadas exclusivamente por preocupações inerentes aos interesses particulares dos grupos que se associavam nos *trusts*. A estrutura do liberalismo econômico desconjuntara-se, não podendo resistir à ação contraditória dos egoísmos individuais com que a tinham argamassado os utopistas do *laissez-faire*. A organização das corporações capitalistas foi imposta pelas necessidades econômicas, que exigiam a correção dos efeitos ruinosos do esbanjamento de energias em uma concorrência desbragada e de outros aspectos de desorganização anarquicante da produção e da distribuição, operadas em um regime de individualismo sem limites (*Idem*, p. 100).

Esse processo de avanço do capitalismo, por sua vez, foi possibilitado pela importância crescente do fator trabalho, que “consolidava e aumentava a eficiência econômica e política das suas corporações”. Dessa forma,

foi da previsão das possibilidades do conflito entre as combinações capitalistas e as corporações trabalhistas que surgiu a idéia de uma renovação profunda do conceito do Estado, para elaborar em torno de organizações estatais, preparadas para intervir com eficácia na esfera econômica, um sistema corporativista de produção e de distribuição da riqueza (*Idem*, p. 100-101).

Assim, em visão extremamente pessoal, para Azevedo Amaral o corporativismo surgiu do próprio processo de concentração do capital pelas grandes empresas de produção em massa. Ou seja, antes que um elemento do dirigismo estatal, o corporativismo se origina no próprio mercado, nas “combinações entre capitalistas e as corporações trabalhistas”. Essa

¹³ Vale ressaltar a diferença de tratamento do surgimento do corporativismo em Oliveira Vianna, enquanto uma comportamento inerente à natureza humana que fora desviado na sociedade brasileira em virtude de fatores mesológicos. Ver, sobre esse tema, BRESCIANI, M. S. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade*

visão de um corporativismo espontâneo, cuja função do Estado seria apenas plasmar em sua legislação, e orientar para os objetivos do desenvolvimento econômico, diverge substancialmente da concepção de Manoilescu, autor ao qual Azevedo Amaral é sempre aproximado, por ter sido o tradutor, no Brasil, de *O Século do corporativismo*.

Segundo Joseph Love, o corporativismo de Manoilescu

possuía duas características básicas: ele era ‘integral’ por incluir não apenas as corporações econômicas, mas também os órgãos corporativos não-econômicos, como o Exército e a Igreja; e era ‘puro’, dizia ele, porque as corporações constituíam-se ‘única base legítima’ para o exercício do poder político, não podendo estar subordinado ao Estado (LOVE, 1998: p. 227).

Por sua vez, cumpre notar que a teoria de Manoilescu sobre o corporativismo surgiu após um longo período de estudos sobre as desigualdades no comércio internacional e sobre as possibilidades de protecionismo capazes de diminuir essas disparidades e promover o desenvolvimento industrial. Sobre as origens do corporativismo, cabe marcar a posição de Azevedo Amaral, seja na coordenação estatal das corporações, seja no caráter conciliatório das relações entre capital e trabalho. Por outro lado, a visão de Azevedo Amaral, tem um caráter muito mais “capitalista” no sentido de possibilitar a presença desses interesses no âmbito do Estado, enquanto que em Manoilescu, as corporações econômicas se aliam com organizações de caráter não-econômico.

Mas cabe ainda notar, para finalizarmos nossas incursões sobre o tema, a questão do Conselho Nacional de Economia. Seria esse órgão, previsto na constituição de 1937, que iria coordenar a organização corporativa da economia brasileira. Azevedo Amaral teceu os mais entusiásticos comentários sobre o papel do conselho para o desenvolvimento econômico brasileiro. Mas nosso autor não pode vê-lo se concretizar, ao falecer em 1943. No entanto, o Conselho Nacional de Economia, um órgão de caráter corporativo e planejador, foi ensaiado nos últimos meses do Estado Novo, porém com medidas prévias alterando suas atribuições e “suprimindo as que lhe imprimiam mais decisivamente um caráter corporativo e

corporativizante” (DRAIBE, 2004, p. 101). Nesse sentido, a suposta sustentação ideológica que Azevedo Amaral teria dedicado ao Estado Novo se veria frustrada em outro ponto fundamental.

Assim, podemos perceber as dificuldades em se caracterizar uma ideologia que dá suporte a uma nova concepção de Estado, uma vez que as relações desse Estado com a ideologia que o justifica implicam outras mediações com a sociedade e com os interesses políticos e econômicos em jogo, sobretudo numa fase de implantação de um novo padrão de acumulação de capital e de formação de um Estado promotor dessa mutação. A obra de Azevedo Amaral nos serviu de exemplo para mostrar as dificuldades dessa vinculação intelectual seja com o Estado, seja com uma ideologia única, no qual suas propostas em muitos momentos se caracterizaram pela independência de posições e, em outros momentos, pela convergência com os donos do poder. Procuramos enfatizar que uma leitura imanente da obra desses intelectuais e a percepção das propostas políticas apresentadas para o presente deve ser buscada no diagnóstico sobre a formação da sociedade brasileira, pois a partir dessa leitura do passado é possível articular as soluções para o presente.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, José Antonio de Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Editora Universidade de Brasília, 1981.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses*. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FAUSTO, Boris. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol., 2. São Paulo: Difel, 1977.

—————. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra Fonseca. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

FURTADO, Celso. “A feição funcional da democracia moderna. In: *Cultura e Política*. Rio de Janeiro. Ano IV, Nº 36. Janeiro de 1944.

FREYRE, Gilberto. “Documentos Brasileiros” In: Hollanda, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

—————. “A propósito do Presidente.” In: *Cultura e Política*. Rio de Janeiro. Ano I, Nº 5. Julho de 1941.

—————. *Interpretação do Brasil*. trad. de Olívio Montenegro. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GOMES, A. M. de Castro. “Redescobrimo o Brasil”. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo*. Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”. In:

—————. “Introdução”. In: AMARAL, José Antonio de Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Editora Universidade de Brasília, 1981.

LOVE, Joseph. *A Construção do terceiro mundo*. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido. *A Educação pela Noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo*. Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

—————. “Apresentação”. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo*. Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982a.

—————. “Introdução”. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo*. Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982b.

RAGO, M. A. de P. *O Demiurgo da construção nacional: a ideologia industrialista de Azevedo Amaral*. (Dissertação de Mestrado), PUC-SP, 1993.

SILVA, R. P. “*Celso Furtado e a Administração pública: para uma revisão de seus primeiros trabalhos*”. (Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Economia Política. João Pessoa, PB, maio de 2008). Disponível em: <
http://www.sep.org.br/artigo/1199_d7c9bf1c16e33b8e9c3b6c71c275e385.pdf > Acesso em 21 de abril de 2009.